MODELO DE PETIÇÃO

CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. SEQUESTRO DE BENS.

ESTADO E MUNICÍPIO

Rénan Kfuri Lopes

Exma. Sra. Juíza de Direito da ... Vara Federal da Comarca de ...

Cumprimento de sentença n. ...

- pedido de sequestro de valores -

(nome), (nome), (nome), e (nome), exequentes, nos autos do cumprimento de sentença epigrafado promovido contra UNIÃO FEDERAL, ESTADO DE MINAS GERAIS e MUNICÍPIO DE ..., vêm, respeitosamente, aduzir o que se segue:

I- RESUMO DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.

1. O presente cumprimento de sentença distribuído em “...” [há aproximadamente 4 anos] tem como objeto os honorários advocatícios sucumbenciais arbitrados em favor dos exequentes na v. sentença de Id. ... - Pág. ..., no valor de R$ ... [...].

2. Posteriormente à apelação dos réus/ora executados, foi proferido acórdão que manteve integralmente os termos da sentença, o qual transitou em julgado em “...” conforme se aufere da certidão constante no Id. ...

3. O despacho de Id. ... determinou que os exequentes emendassem a inicial individualizando o valor a ser executado em face de cada réu.

4. Os exequentes vieram aos autos no Id. ... e juntaram a “*memória de cálculo*” atualizada no valor de R$ ... [...], delimitando o quantum sucumbencial, no valor individualizado de R$ ... [...] para cada um dos três condenados.

5. Os executados foram regularmente intimados para apresentar impugnação ao cumprimento de sentença nos moldes do art.535 § 3º, II do CPC[[1]](#footnote-1), conforme se extrai dos autos:

- A União Federal em “...” manifestou por meio da advocacia geral da união seu desinteresse em impugnar o cumprimento de sentença [Id. ...].

- O Estado de Minas Gerais foi intimado por meio da advocacia geral do estado em “...” para apresentar impugnação, todavia, se manteve inerte, esgotando-se o prazo para qualquer insurgência [Id. ...].

- O Município de ... foi intimado por meio de carta com aviso de recebimento em “...” para apresentar impugnação, todavia, se manteve inerte, esgotando-se o prazo para qualquer insurgência [Id. ...].

6. A *posteriori*, uma vez que os executados, mesmo cientes do prosseguimento da ação se mantiveram inertes/e nem pagaram o RPV de verba alimentar [honorários advocatícios sucumbenciais], em seguimento aos atos processuais, a d. secretária da ...ª Vara Federal expediu três requisições de pequeno valor-RPV para satisfação do débito exequendo [Id. ...].

7. Os RPV’s foram remetidos para as autoridades competentes para a causa, conforme se extrai da certidão de Id. ...

- Ofício nº ... entregue em “...”.

8. Em face do Estado de Minas Gerais. [Id. ...]

- Ofício nº ... entregue em “...”.

9. Em face do Município de ... [Id. ...]

- Ofício ... por meio de sistema processual eletrônico juntado em “...”.

10. Em face da União Federal. [Id. ...]

11. Destarte, somente a União Federal adimpliu sua obrigação em “...” depositando 1/3 do *quantum* exequendo, referente ao valor individualizado atualizado de R$ ... [...]--Id. ...

12. Diante a inércia do Município de ... e do Estado de Minas Gerais, fronte a expedição dos RPV’s, o despacho de Id. ... determinou nova intimação a fim de comprovar a quitação da requisição de pagamento expedida e enviada aos devedores. Novamente os executados se quedaram não promoveram ao pagamento.

13. Este o breve relato.

II- INADIMPLÊNCIA DA OBRIGAÇÃO.

14. *Ab ovo* consoante se extrai do caderno processual, fato é que a requisição de pequeno valor-RPV foi expedida e remetida para o órgão competente de cumprimento há mais de 2 [dois] anos [ESTADO DE MINAS GERAIS e MUNICÍPIO DE ...].

15. Destarte, nessa moldura processual, cabível o pleito de sequestro de numerário, sobremodo por se tratar de pequeno valor.

16. É de sapiência geral que uma vez fixado em sentença transitada em julgado a obrigação de pagar quantia certa por parte da Fazenda Pública, o pagamento da obrigação de pequeno valor-RPV será realizado no prazo máximo de 2 [dois] meses contado da entrega respectiva requisição ao devedor, *ex legis*:

*CPC, art. 535...§ 3º, II Por ordem do juiz, dirigida à autoridade na pessoa de quem o ente público foi citado para o processo, o pagamento de obrigação de pequeno valor será realizado no prazo de 2 (dois) meses contado da entrega da requisição, mediante depósito na agência de banco oficial mais próxima da residência do exequente.*

17. A despeito disso, a Lei nº 10.259 a qual dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal, em complemento preceitua:

*LEI Nº 10.259, art. 17. Tratando-se de obrigação de pagar quantia certa, após o trânsito em julgado da decisão, o pagamento será efetuado no prazo de sessenta dias, contados da entrega da requisição, por ordem do Juiz, à autoridade citada para a causa, na agência mais próxima da Caixa Econômica Federal ou do Banco do Brasil, independentemente de precatório...§ 2º Desatendida a requisição judicial, o Juiz determinará o sequestro do numerário suficiente ao cumprimento da decisão*.

18. Cabe esclarecer que a competente RPV foi expedido e remetido por meio de ofício aos executados em ..., flagrante é o decurso do prazo pré-estabelecido em lei. Não obstante em desatender ao ofício uma vez, em tentativa posterior, voltaram a ignorar a intimação para cumprimento da obrigação.

19. Nenhuma ilegalidade há quanto ao sequestro diante a hipótese de inadimplemento da obrigação, pelo que se devendo aplicar, também às Fazendas Públicas Estaduais e Municipais.

20. Diante o exposto, demonstrado que os entes públicos não procederam ao pagamento do valor executado dentro do prazo estipulado pelo d. Juízo de primeiro grau, depois de expedido o ofício requisitório, o sequestro de numerário das contas dos entes federativos é medida que se impõe, mormente por se tratar de verba de natureza alimentar.

21. Único o posicionamento jurisprudencial nestas circunstâncias:

“*AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE EXECUÇÃO - REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR - HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS - VERBA DE NARUEZA ALIMENTAR - PAGAMENTO DENTRO DO PRAZO JUDICIALMENTE DETERMINADO - NÃO COMPROVAÇÃO - SEQUESTRO DE VALORES VIA SISTEMA BACENJUD - POSSIBILIDADE - RECURSO PROVIDO. ...2 - Demonstrado que o ente público não procedeu ao pagamento do valor executado dentro do prazo estipulado pelo d. Juízo de primeiro grau, depois de expedido o ofício requisitório, o sequestro de numerário das contas do ente estatal é medida que se impõe, mormente por se tratar de verba de natureza alimentar*.” [TJMG - Agravo de Instrumento-Cv 1.0000.21.109228-3/001, Relator(a): Des.(a) Sandra Fonseca , 6ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 05/10/2021, publicação da súmula em 12/10/2021]

“*APELAÇÃO CÍVEL - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA - EXPEDIÇÃO DE RPV PARA PAGAMENTO DA QUANTIA - PRAZO LEGAL PARA PAGAMENTO - DESCUMPRIMENTO - APLICAÇÃO DE PENA DE MULTA - DESCABIMENTO. Transcorrido o prazo para oposição dos embargos à execução, incumbe ao magistrado determinar a expedição de RPV ou precatório correspondente à quantia executada. Descumprido o prazo legal para adimplemento da RPV, é cabível o sequestro de numerário, e não a aplicação de pena de multa*.” [TJMG - Apelação Cível 1.0479.16.006032-9/001, Relator(a): Des.(a) Antônio Bispo, 15ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 11/02/2021, publicação da súmula em 05/03/2021]

22. Hoje o valor do débito é de R$ ... [...], ou seja, para satisfazer o cumprimento definitivo do título judicial exequendo, caberá a cada um dos executados, ESTADO DE MINAS GERAIS e MUNICÍPIO DE ... quitar a quantia de R$ ... [..., ...,12 x 2= R$ ...].

III- PEDIDOS.

23. ***Ex positis***, em busca da prestação jurisdicional, os exequentes requerem:

a) seja deferido o sequestro de numerário no valor de R$ ... [...] nas verbas de cada um dos entes públicos ESTADO DE MINAS GERAIS e MUNICÍPIO DE ... para solver a execução, visto que as requisições de pequeno valor expedidas em ... através dos ofícios nº ... e nº ... não foram atendidas;

b) depois de procedido ao sequestro ou na forma usual adotada por este d. juízo, sejam os valores depositados na seguinte conta corrente bancária indicada pelos exequentes:

Dados Bancários para Depósito:

... - CPF ...

BANCO ...

Ag. ...

Conta Corrente: ...

P. Deferimento.

(Local e data)

(Assinatura e OAB do Advogado)

1. CPC, art. 535. A Fazenda Pública será intimada na pessoa de seu representante judicial, por carga, remessa ou meio eletrônico, para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias e nos próprios autos, impugnar a execução, podendo arguir:...§ 3º Não impugnada a execução ou rejeitadas as arguições da executada:... II - por ordem do juiz, dirigida à autoridade na pessoa de quem o ente público foi citado para o processo, o pagamento de obrigação de pequeno valor será realizado no prazo de 2 (dois) meses contado da entrega da requisição, mediante depósito na agência de banco oficial mais próxima da residência do exequente.... [↑](#footnote-ref-1)